TL 2600

GOVERNADORES ASSISTENTES EM TIMOR LESTE

A partir de 1 de Abril, Timor Leste fica com três governadores assistentes. Estes governadores vão ficar à cabeça de três regiões e são nomeados pela resolução do Ministério da Administração interna, no 821.25.529, 1986.

A primeira região, Vilayah I, tem a sua base em Baucau e abrange os distritos Baucau, Viqueque, Lautem e Manatuto. A segunda região, Vilayah II, tem a sua base em Ermera e abrange os distritos de Ermera, Liquica, Aileu e Manufahi. A terceira região, Vilayah III, tem a sua base em Maliana e abrange os distritos de Bobonaro, Amseno, Ainaro e Kovalima.

Os governadores assistentes foram empossados pelo governador Mário Carrascalão, no dia 1 de Abril. São os senhores: Coronel Otto Daryono, chefe do Gabinete de Planeamento de Timor Leste (para Vilayah I); Tenente Coronel Hidayat, comandante militar de Ermera (para Vilayah II); e Tenente Coronel R. Ginting, antigo segundo assistente do Comando Militar Regional de Timor Leste (para Vilayah III).

Os três governadores assistentes acumularão as suas antigas funções com as novas.

(Suara Pembangunan, 30.03.87)

CENTRAIS NUCLEARES

No dia 7 de Julho de 1981, uma revista de tecnologia e sociedade, "Bèta", lançou a notícia de que, em 1982, arrancar-se-ía com a construção de uma central nuclear, com a capacidade de 683 megawatts. Nessa altura, falou-se em Jepara como lugar da construção, uma cidade no centro de Java, no sopé da montanha de Murio.

Agora, no dia 22 de Abril de 1987, é lançada uma outra notícia pelo The Financial Times, dizendo que o Batan (a comissão indonésia para a energia nuclear) já investiu 300 milhões de dólares na construção de uma central nuclear de 30 megawatts, perto de Jacarta. A notícia dizia ainda que a central nuclear será inaugurada no final deste ano, pelo presidente Suharto.

Quanto à construção da central nuclear em 1982, a principal figura impulsionadora nessa altura foi o prof. dr. A-Baiquni, formado nos EU em alta física energética que, devido à sua função de director geral do Batan, organizou uma estreita colaboração com os especialistas de energia nuclear da Universidade Livre de Amsterdam.

Quanto à construção desta central nuclear de 30 megawatts, perto de Jacarta, o impulsionador é o dr. Yusuf Habibie, o ministro indonésio da Tecnologia que, como homem de confiança de Suharto, desde há muito tempo anda com a ideia de além desta, construir uma outra central nuclear de 1000 megawatts, no valor de 3 milhares de milhões de dólares, um tipo de reactor como o que é apresentado pelo fabricante francês Framatome, o japonês Mitsubishi, o americano Westinghouse e o alemão federal Kraftwerke. Além destes, também houve uma oferta de um reactor canadiano, ainda mais caro.

O POVO IMPEDIDO DE FALAR

Para a tomada de decisões tão fundamentais como estas, não se realizaram, até agora, quaisquer debates públicos na Indonésia; e muito menos manifestações como as que houve em Haia, Woensdrecht ou Borssele. As massas de trabalhadores não organizados e também a massa-mengambang (massa flutuante) de camponeses, na Indonésia, não têm nada a dizer. Já há muito tempo que estão impedidos de falar. Além disso, o governo militar de Suharto não tomou em conta as reservas de milhões de toneladas de carvão de pedra e lenhite, as quais foram estimadas pelo The Financial Times em 20 milhares de milhões de toneladas.

Mas a ambição do governo de Suharto é tão grande, que ficou com uma impressão totalmente errada da situação do mercado internacional, segundo um banqueiro de Jacarta. Também as Filipinas têm que pagar anualmente 120 milhões de dólares de

juros por uma central que ainda é mais pequena do que a planeada para Jepara (620 megawatts).
Por um lado, é uma boa ideia que os técnicos que trabalham na central nuclear usem fatos de trabalho adequados para os proteger contra as radiações prejudiciais. Mas, por outro lado, é uma pena que, juntamente com esses técnicos, também sejam contratados culis, que fazem o seu trabalho descalços. Uma imagem triste do verdadeiro ponto da situação em que se encontra a tecnologia.

Sanções para Buyung

O jurista e advogado indonésio Buyung Nasution foi proibido de exercer a sua profissão, pelo período de um ano, pelas autoridades indonésias.
Buyung ficou conhecido por aparecer em processos políticos e pelas suas críticas duras à política dos direitos humanos da Indonésia, e por isso o Ministério da Justiça indonésio não o deixa em paz.
Depois da sua intervenção no polémico processo contra o general Dharsono ele foi impedido de exercer a sua profissão, acusado de ofensas ao tribunal, mas esse castigo não foi sancionado pelo Supremo Tribunal. Através da embaixada indonésia em Haia, Buyung, que está na Holanda a estudar, recebeu um telegrama do seu ministro da Justiça.
O telegrama dizia que o ministro da Justiça impunha uma sanção administrativa a Buyung, na sua qualidade de conselheiro jurídico e advogado. Se ele não apresentasse recurso dentro de duas semanas, a sanção tornar-se-ía válida, devido ao seu comportamento no tribunal durante o processo contra Dharsono.
Buyung não se deu por vencido com o telegrama do ministro: "Eles o que querem é apanhar-me. Os únicos que ainda podem criticar o regime livremente são os advogados no tribunal. O governo quer fazer-me calar para assustar os advogados."
Através da embaixada indonésia, o advogado dos direitos humanos Buyung Nasution enviou uma carta ao ministro da Justiça, protestando contra a sua resolução e pedindo-lhe que a revogue: "No telegrama não está nenhuma acusação clara, não há qualquer informação sobre o processo de recurso, eles estão-se nas tintas para qualquer forma de decência do direito. Mas não tenho a intenção de me calar."
Mas o ministro não voltou atrás na resolução que tinha tomado: Buyung ficou proibido de trabalhar pelo período de um ano.
Assim, chegámos a uma situação típica do 'estado de direito' indonésio: um ministro pode revogar uma resolução do Supremo Tribunal. Daí se conclui que não existe qualquer independência do juíz.

tradução: luísa freitas